

# **O AUTISMO NA INFÂNCIA: DESVELANDO A ENSINAGEM E APRENDIZAGEM COMO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL E EDUCATIVA.**

**MATOS, Andréia Souza Rodrigues<sup>1</sup>**

(Pós-graduanda em Psicopedagogia, UNINTER-EAD, RU: 2471259);

**SANTOS, Marluce Andrade Costa dos<sup>2</sup>**

(Pós-graduanda em Psicopedagogia, UNINTER-EAD, RU: 2470640)

## **RESUMO:**

Compreende-se que na atualidade, a educação inclusiva é um dos temas que está com maior frequência nas pautas de discussões entre os sujeitos pensantes que atuam diretamente nas ações críticas da sociedade. Falar de Educação especial/inclusiva é, sobretudo, pensar a priori que ensinar é uma atividade cognitiva de emoções de alta complexidade, uma vez que tratamos sobre uma relação de trocas entre sujeitos que ensinam e aprendem paralelamente. Ensinar requer uma leitura de mente e sentimentos alheios; é uma atividade de reflexão e estímulos constantes. Diante disso, o trabalho busca enfatizar a ideia do ato de ensinar e aprender como instrumento de socialização, inclusão e autonomia de alunos que são acometidos pelo Transtorno de Espectro do Autismo (TEA), entendendo as metodologias de ensino e os espaços de comunicação como um novo processo educacional, que é inserir alunos com necessidades especiais nas atividades pedagógicas e sociais. Baseia-se na Pesquisa de caráter qualitativa, bibliográfica e reflexiva acerca da temática a partir de pensamentos de outras fontes teóricas. Fundamenta-se na Psicologia da Educação, bem como uma análise clínica e pedagógica dos Autistas, como forma de desenhar o curso do ato de ensinar e aprender de um jeito inclusivo. Nesse sentido, pensa-se que educar é um ato de amor que perpassa por metodologias ativas e eficientes, e que ofereça condições de trabalho, trocas, estímulos, ensinagem e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Autismo. Inclusão. Ensino. Aprendizagem.

## 0.1- INTRODUÇÃO:

Sabe-se que no contexto social e educativo que estamos inseridos, várias são as discussões e pressupostos acerca da importância do acolhimento, inserção e efetivação de Políticas Públicas de Inclusão, em especial na comunidade escolar, no sentido de estimular e atender as aptidões educativas de todas as crianças, com ou sem deficiência. Para isso, implica numa ação conjunta e recíproca nas trocas e nos momentos de ensinar-aprender, aprender-ensinar. É o desafio de incluir sem segregar, despertar emoções, sentimentos, habilidades e potencialidades sem interromper o ciclo natural de desenvolvimento de cada criança.

Conforme ARAÚJO (2019), O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do desenvolvimento neurológico, caracterizado por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos. Sendo assim, refletimos sobre uma especialidade/característica particular que é despertada logo na infância em determinados sujeitos. Não é um campo de discussão novo, uma vez que desde a antiguidade já existiam relatos do sujeito com características que diferem do comum social.

Diante disso, é válido o debate e indagações sobre os caminhos que precisamos percorrer para que os Autistas estejam incluídos e sejam ativos e proativos nos espaços de promoção/formação humana, cognitiva e social, que abrange a lógica da instrução e captação-ativa (assimilar e atuar).

“Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais” (BRASIL, 1998, p. 22).

Assim, é válido o debate e indagações sobre os caminhos que é preciso percorrer para que os Autistas estejam incluídos e sejam ativos e proativos nos espaços de promoção/formação humana, cognitiva e social, que abrange a lógica da instrução e captação-ativa (assimilar e atuar). Para isso, é importante acentuar o papel dos sujeitos que estão envolvidos nessa troca simultânea educativa, os métodos utilizados para facilitar a apropriação do conhecimento,

bem como os instrumentos que facilitarão o processo de codificar e decodificar as várias leituras e informações na sociedade.

### **1.1- DESVELANDO O AUTISMO: AS PRIMEIRAS ANDANÇAS PELA TEMÁTICA:**

Para ajudar nesse processo de indagações e questionamentos sobre esse processo de ensinar e aprender, aprender e ensinar como instrumento de inclusão social e instrutiva de crianças com TEA, BOSA (2002), diz:

Compreender o autismo é abrir caminhos para o entendimento do nosso desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um “laboratório natural” de onde se vislumbra o impacto da privação das relações recíprocas desde cedo na vida. Conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo - aquela que nos foi oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas sem, contudo perder o compromisso com a ciência (e a consciência!) – com a ética. É percorrer caminhos nem sempre equipados com um mapa nas mãos, é falar e ouvir uma linguagem, é criar oportunidades de troca e espaço para o nosso saber e ignorância [...] (BOSA, 2002, p. 13).

Como aponta o autor, falar de autismo perpassa uma esfera de viver para compreender, logo contribuir de maneira significativa na construção cognitiva e de relações sociais dos sujeitos que apresentam essa diferença neurológica. Nesse sentido, falar da troca entre ensinar e aprender, aprender e ensinar como instrumento de inclusão social e educativa para alunos com TEA, é importante pontuar:

- A história do ser diferente na história das gerações;
- A razão patológica/científica/psicológica do transtorno logo nos primeiros anos de vida da criança;
- As possibilidades de ensinar e aprender de maneira que não cause danos no processo natural de desenvolvimento do sujeito com TEA;
- As metodologias, os instrumentos e os planejamentos estratégicos na ação de ensinagem e aprendizagem;
- O ato de incluir socialmente e cognitivamente (todos tem o direito de aprender);
- As multiplicidades de potencialidades e habilidades entre os sujeitos com TEA;

- A importância das relações comunitárias: família-escola, escola-família, autista-escola, autista-família;

Conforme Camargo e BOSA (2009, p. 65), “o autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuado atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesses”. Corroborando com os autores, percebe-se do dilema que é proporcionar situações de aprendizagens e ensinagens para os sujeitos com autismo, visto que o papel fundamental da educação é ocasionar conhecimento, integração e autonomia.

Assim, fica a reflexão: Como proporcionar situações de ensino-aprendizagem de forma significativa, autônoma e inclusiva para os sujeitos que são acometidos pelo Transtorno de Espectro Autista?

## **1.2- HIPÓTESES, INQUIETAÇÕES E OBJETIVOS:**

Com relevância nos dilemas apresentados, surgem em meio às entrelinhas da problemática em questão várias inquietações, pressupostos e pensamentos hipotéticos que podem nortear e traçar o caminho para chegarmos num ponto comum acerca da discussão, do problema levantado.

Sendo assim, é preciso falar de Educar! O processo educativo dos sujeitos autista precisa ser lento e progressivo; estratégico e focal. É necessário discorrer sobre as implicações que são geradas no caminho de trocas entre o ensinar e o aprender.

Segundo ALVES e NAUJORKS (2005), diz que:

O tema da Inclusão Educacional tem sido alvo de debates e vem despertando o interesse da população. A Educação Inclusiva constitui-se numa aplicação prática ao campo da Educação de um movimento mundial, denominado Inclusão Social. (ALVES; NAUJORKS,2005, p.1).

Como defendem as autoras, falar de educação de autistas é falar de inclusão. Falar de Educação Inclusiva vai além do direito a matrícula ao Ensino Regular. É uma ação de aceitação, respeito, paciência e muitas ações planejadas. Parte de mudanças, de rupturas e adaptações curriculares,

especiais e metodologias do ensino tradicional. Não há trocas de saberes quando só um aprende, quando não existem trocas.

Assim sendo, de acordo com a LDB/9.394/96 Art. 5º o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão ter acesso. E a criança autista é também um sujeito histórico, de direitos, com potencialidades, habilidades e devem ter acesso à educação como qualquer outro cidadão. Seguindo essa lógica, pensamos:

- Como ensinar uma criança com autismo se não sou especialista no transtorno do espectro autista (TEA)?
- Como passar o conteúdo curricular para um estudante que não se mostra curioso ou que se dispersa em sala de aula?
- Como aliar Família e Escola no processo de ensino-aprendizagem das crianças autistas?
- Quais recursos didático-pedagógicos utilizar para agregar no processo de instrução dos autistas?
- Como pensar o currículo a partir da diversidade do chão da sala de aula?
- Como tornar o autista autônomo e promotor de conhecimentos visando à ruptura dos déficits sociais?

## **OBJETIVOS:**

A partir das proposições e enunciados elencados, propusemos objetivos de aprendizagens a fim de estabelecermos uma conexão mais profunda acerca do objeto em pesquisa, quando, nesse sentido, de forma GERAL queremos:

- Refletir sobre as possibilidades e os impasses na ação de ensino e aprendizagem de crianças autistas, como instrumento de inclusão e construção de conhecimentos e habilidades sócias cognitivas.

De forma especificada, detalhada, no decorrer do da Pesquisa, buscou-se:

- Entender sobre as possibilidades de ensino-aprendizagem dos autistas;
- Perceber a importância do Currículo Flexível para a Educação Especial Inclusiva;

- Identificar a importância do fortalecimento dialógico entre família e escola como elemento crucial no sucesso educativo dos autistas;
- Analisar o desenvolvimento da autonomia dos autistas através de metodologias ativas e ações didáticas planejadas;
- Reconhecer a criança autista como um sujeito de direitos, habilidades e potencialidades cognitivas;
- Avaliar o papel da Educação Inclusiva, sobretudo no que tange ao acesso e permanência das crianças autistas no Ensino Regular;
- Entender sobre o papel do Profissional da Educação no processo de inclusão de crianças autistas na sala de aula.

Diante do exposto, fica evidenciado a urgência e necessidade de falar de educação com novas metodologias, novas estratégias, ações que elevam a qualidade do ensino, sobretudo o ensino de alunos especiais. Quando dialogamos sobre ensino para crianças especiais, sobretudo os acometidos pela TEA, nos deparamos com um arsenal de angústias e possibilidades de fazer acontecer, gerar saberes e descobertas diversas.

Ensinar para a diversidade de saberes e jeitos é redescobrir o universo das cores, formas, descobertas, dos gostos, sabores, odores educativos, pois o aluno só adquire conhecimentos, habilidades quando há o encantamento, o diálogo entre as diversas leituras, a investigação, a curiosidade, a busca, a construção, a confiança e adaptação.

### **1.3- CONVERSANDO COM ALGUNS AUTORES:**

Em meio às discussões acerca do processo formativo, educativo e inclusivo de alunos especiais, sobretudo os que são acometidos pelo TEA, nas situações de aprendizagem, no ensino regular, conseqüentemente nas relações que são construídas no chão da sala de aula, é importante dialogar, debater, buscar informações/dados, através de vários teóricos que contribuem para que as discussões se fortifiquem e alarguem os leques de possibilidades de conhecimento e, de certa forma, tornam as informações que, primariamente, são construídas a partir do senso comum/empiricamente, em ideias com bases científicas. Quando se fala em Ensino Inclusivo, analisamos os vários caminhos que podemos percorrer para que o conhecimento seja construído e, de fato,

aconteça à inclusão sócio-cognitiva dos sujeitos que apresentam o transtorno neurológico referendado.

Vários teóricos dialogam acerca da temática explorada, e que perpassam os ideários de formação humana, cognitiva, social e interacionista das crianças que estão no ensino regular de ensino e são acometidos pelo TEA, viajando desde o estudo da infância, formação profissional, instrumentos e recursos, até os elementos lúdicos como aliados imprescindíveis na ação formativa dos mesmos. Diante disso, autores como: CAMARGO E BOSA (2009), BOSA (2002), ARAÚJO (2019), BRASIL (1998), BRASIL (1996), ALVES E NAVJORKS (2005), PIAGET (1975), LAGO (2007), PIAGET (1975), JIMENEZ (1995), KANNER (1943), BRASIL (2010), VELTRONE; MENDES (2007), SANTOS; MANTOAN E FIGUEIREDO (2009), CHICOTE (2015), VYGOTSKY E LURIA (1996), LEE (1977), CHAVES; ABREU (2014) e LEBLAC (2005), além dos autores citados, navegamos em outras fontes, matérias em blogs e páginas na internet, com o intuito de alargar as discussões e estabelecer novas visões e posicionamentos críticos.

Concordamos com Chiote (2015, p.21) quando diz:

Incluir a criança com autismo vai além de colocá-la em uma escola regular; é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, construindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa de um grupo social e se desenvolve com ele e a partir dele. Com toda sua singularidade.

A escola precisa estar preparada e pronta para receber, acolher e atender as crianças especiais, sobretudo os que são acometidos pelo TEA. Falar de Educação Inclusiva é refletir sobre um espaço amplo de discussão, uma vez que precisamos cursar um caminho dialógico a cerca da identificação social (identidade) da criança autista; de uma escola pedagogicamente preparada; das múltiplas ações metodológicas; dos planejamentos respeitosos; da formulação e reformulação de um currículo que favoreça a diversidade; do arsenal de atividades e recursos didático-pedagógicos que favoreçam a autonomia e construção coletiva e individual de aprendizagens, sobretudo com a utilização ativa de recursos lúdicos.

Para PIAGET (1975),

“O ensino em todos os níveis da educação precisa ser fundamentado na atividade, interação, troca, fazer, pensar, o reagir em situações que são apresentadas ao educando e ter habilidades para criar um ambiente, nos quais as crianças sejam ativas, que façam atividades em um clima de interação e ajuda mútua, valorizando e respeitando suas individualidades.” **Piaget (1975, p. 26)**

De acordo com o Dicionário Online de Português, a palavra ENSINAR ou o seu substantivo – Ensino, ressalta que: “Ensinar: repassar ensinamentos sobre (algo) a; doutrinar, lecionar. transmitir (experiência prática) a; instruir (alguém) sobre. (Dicionário Online de Português)”.

Para Piaget, baseia-se na interação, na troca e no fazer pensar, isto é, estimular a procura do conhecimento. Com esse fundamento, temos a noção de que o estímulo, em qualquer área e/ou situação é aceito, pelo fato de iniciar o indivíduo àquele conhecimento, àquele “novo mundo”. E tratando-se da educação de crianças ou adolescentes com TEA, é algo ainda mais importante, pois o conhecimento não pode ser imposto, mas estimulado, interativo, relacional e pretensioso. Ensinar crianças com TEA é apresentar uma Pedagogia da Confiança.

De acordo com LAGO (2007):

Os professores costumam referir que a formação universitária e as práticas tradicionais de ensino não dão conta do aluno que se encontra em sua sala de aula. Isto faz com que se sintam, muitas vezes, sobrecarregados e impotentes mediante as problemáticas que se colocam no cotidiano (LAGO, 2007, p.54)

É necessário promover uma educação capaz de acolher todas as crianças. Apesar de todos os avanços, é notável que ainda há muito o que se ajustar para que todos os alunos sejam totalmente incluídos na escola. É inegável que há uma grande insegurança do educador quanto à inclusão, pois são muitos os desafios enfrentados. Muitos profissionais se questionam sobre o que fazer para lidar com o aluno com deficiência, é imprescindível a mudança no olhar do docente, além de uma formação inicial e continuada adequada para a prática inclusiva de alunos especiais na rede regular de Ensino.

## **0.2- AUTISMO E EDUCAÇÃO: UM CAMINHO DE TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA:**



Antigamente, as crianças que apresentavam determinadas anomalias eram escondidas pelos pais e impedidas de participarem da vida em sociedade, principalmente, no convívio escolar. Eram vistos, muitas vezes, como mongoloides, débeis mentais, etc... sujeitos apáticos às atividades sociais.

De acordo com Correia (1997) em Esparta, na Grécia antiga, essas crianças eram abandonadas nas montanhas; em Roma foram atiradas nos rios. Os registros históricos comprovam que vem de longo tempo à resistência, à aceitação social das pessoas com deficiência e demonstram como suas vidas eram ameaçadas.

Hoje em dia, apesar de muitos retrocessos no campo de efetivação das Políticas Públicas de Inclusão, o quadro de sabotagem familiar e individual tem sofrido algumas mudanças, rupturas gradativas. Existem muitas ações midiáticas, governamentais, não governamentais que fortalecem a identidade e autonomia desses sujeitos que antes eram vistos como anormais. Crianças com deficiências, em especial os autistas, procuram com mais frequência seus direitos, seus espaços de falas e protagonismo, a saber: a educação, os centros de convivência e outras Políticas Públicas.

A procura pela escola por crianças especiais tem tomado uma grande proporção. Muitos já não vivem às escondidas, à margem do esquecimento social. A busca pela Educação Integral Especial é o alvo mais visado, pois garante aos mesmos um entrosamento maior com o meio social, facilitando as possibilidades de ensinar-aprender, aprender-ensinar-compartilhar.

Ao longo da idade Média, nos países europeus, os ditos “deficientes” eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria; eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos. Então deviam ser afastados do convívio social ou, mesmo, sacrificados.

A partir daí, a Educação Especial foi tomando novos horizontes. Conforme JIMÉNEZ (1993)

Ao final do século XVIII e no início do século XIX, se inicia nos países escandinavos e na América do Norte o período de institucionalização especializadas das pessoas com deficiência, e a partir daí surge a Educação Especial. A sociedade toma consciência da necessidade de

atender essas pessoas, mais com caráter assistencial que educativo (...)

Assim sendo, percebeu-se que mesmo com um longo período obscuro de discriminação, segregação, separação do indivíduo com determinadas diferenças, observamos que Políticas foram criadas ao longo do tempo, a fim de beneficiar e agregar esses sujeitos com características diferentes, ocasionando mudanças positivas e inclusivas aos mesmos, pois passariam a participar de um contexto social e educacional no qual contribuiu para a formação, socialização, instrução e reconhecimento quanto ser humano.

Quando falamos desse cenário histórico que perpassa as deficiências e inclusão delas nos espaços sociais, refletimos sobre perdas e ganhos, porém, muito precisa ser feito para que aconteça a verdadeira inclusão e participação social de sujeitos que se diferem dos ditos comum da sociedade.

Dessa forma, é necessário e importante discorrer sobre o autismo, visto que é uma deficiência, uma especialidade que acomete algumas crianças e é identificada logo nos primeiros meses de vida. KANNER (1943), ressalta que:

O sintoma fundamental, “o isolamento autístico”, estava presente na criança desde o início da vida sugerindo que se tratava então de um distúrbio inato. Nela, descreveu os casos de onze crianças que tinham em comum um isolamento extremo desde o início da vida e um anseio obsessivo pela preservação da rotina, denominando-as de “autistas”.

Contribuindo com a fala referida, é perceptível que o Autismo trata-se de um transtorno natural e permanente, não havendo cura, ainda que aconteça o prognóstico e intervenção precoce. É identificado logo nos primeiros meses de vida, a saber: entre 1 a 2 anos de idade (12 a 24 meses). É marcada por anormalidade no controle motor (coordenação motora), sensibilidade diminuída a recompensas sociais, afeto negativo e dificuldade no controle de atenção.

E quando falamos de autismo e o processo de ensino e aprendizagem? É um espaço amplo de discussão, uma vez que precisamos percorrer um caminho dialógico a cerca da identificação social (identidade) da criança autista; de uma escola pedagogicamente preparada; das múltiplas ações metodológicas; dos planejamentos respeitosos; da formulação e reformulação de um currículo que favoreça a diversidade; do arsenal de atividades e recursos didático-

pedagógicos que favoreçam a autonomia e construção coletiva e individual de aprendizagens.

## **2.1- O AUTISMO NA ESCOLA: ESPAÇO DE INCLUSÃO, ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA.**

Diante de todas as análises e investigações, percebemos que incluir é um trabalho árduo e lento; e que ocasiona a emergência de inúmeros obstáculos que são vislumbrados no dia a dia, e em diversas circunstâncias.

Aponta-se dois ambientes que diariamente intuímos a existência dessas limitações em relação às pessoas com necessidades especiais: **Sociedade:** o preconceito generalizado; falta ou pouca abertura de ingresso no mercado de trabalho; falta de acessibilidade em vias públicas; **Escola:** salas superlotadas; tecnologia ultrapassada; carência de preparação dos profissionais, insuficiência na acessibilidade (corrimãos, rampas, banheiros adaptados e ampliados); deficiência no investimento público, estadual e federal; ausência de recursos(materiais) pedagógicos; inexistência, em muitas escolas, de salas de recurso multifuncionais; desconhecimento e descriminalização das potencialidades dos alunos com deficiência; medo e rejeição do/com o desconhecido; percepção de incapacidade intelectual.

Quando falamos do processo de acolhimento, inclusão e permanência de alunos com deficiências, sobretudo os que possuem o Transtorno de Espectro Autista, no Ensino Regular é necessário repensar: qual é a escola que temos? Qual é a escola que queremos? A unidade de ensino, o espaço de aprendizagens, precisa estar preparada fisicamente e pedagogicamente. A escola é o espaço privilegiado de interações e construção cognitiva e social. Assim, BRASIL (2010), corrobora dizendo que:

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2010, p. 24).

Não podemos falar de acolhimento de alunos especiais nas rotinas das escolas, sem antes conhecer as Políticas Públicas que garantem o acesso e permanência desse grupo nesse espaço de direito. Não há possibilidades de

acolhida sem espaços preparados, sem profissionais aptos para exercer a função, sem recursos pedagógicos e comunicação entre todos os membros da comunidade escolar. A Educação que perpassa a Pedagogia do Acolhimento precisa, prioritariamente, navegar no universo do Ensino Inclusivo, igualitário e humanizado.

Diante dos pressupostos, VELTRONE; MENDES( 2007), afirmam que:

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p.2).

Conforme apontam as autoras, a inclusão exige da escola novos posicionamentos, novos olhares, rupturas e organizações estruturais, pedagógicas e formativas. Como foi dito, a escola que acolhe a diversidade e as diferenças necessita de uma nova roupagem. Educar para inclusão é garantir acesso, aprendizagem e permanência.

De acordo com BRASIL (2010), a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

Dessa forma, quando crianças/adolescentes com algum tipo de deficiência, sobretudo as que possuem TEA, chegam às instituições de ensino devem encontrar recursos/materiais adaptados, professores auxiliares, espaço de participação para que seu potencial seja desenvolvido, condições adequadas de estudos e que este seja recebido como qualquer outra pessoa. A fim de garantir a permanência desses alunos na escola, é preciso que o professor, a comunidade escolar tenham conhecimento científico acerca do TEA. O ato de conhecer liberta e agrega.

### **0.3- AÇÕES PEDAGÓGICAS DE INCLUSÃO: METODOLOGIA, DIDÁTICA E PLANEJAMENTO.**

CHICOTE (2015, p.21) diz:

Incluir a criança com autismo vai além de colocá-la em uma escola regular; é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, construindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa de um grupo social e se desenvolve com ele e a partir dele. Com toda sua singularidade.

Falar de Inclusão, Educação Especial de crianças autistas é pensar no desenvolvimento da personalidade e identidade das crianças. É fundamental que o autista reconheça a escola como um espaço de confiança e aprendizagens, mesmo que seu lado biológico impossibilite isso.

Discorrer sobre identidade de autista é perceber de que com o outro eu aprendo a conviver e estabelecer relações. A convivência e a troca dialógica são cruciais na construção desse sujeito próprio, único e potente. Na escola, o autista constrói a consciência social a partir do toque, dos gostos, odores e experiências que são despertadas no chão da educação.

Corroborando com a fala anterior, SANTOS, MANTOAN e FIGUEIREDO (2009, p. 22), ressalta que:

O primeiro passo para se planejar o atendimento não é saber as causas, diagnósticos, prognóstico da suposta deficiência do aluno. Antes da deficiência, vem à pessoa, o aluno, com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças.

É válido falar de Educação Especial Inclusiva e repensar o planejar e os elementos didáticos e metodológicos de instrução em uma sala regular de ensino que tenha alunos autistas, ou outras deficiências. O planejamento é o caminho, a bússola, o norte do fazer educativo. Precisamos pensar um planejamento flexível, agregador, acolhedor, democrático e instrutivo. A partir do planejar as possibilidades de recursos e metodologias se alargam, tomam novas formas, novos olhares e novas sensações.

A criança autista necessita desse trabalho de busca interior, de chamar atenção, de propor ações que estimulam a criatividade, a liberdade de escolha, a produção, a autonomia. Os recursos didáticos precisam ser palpáveis, vivos, ricos de cores e formas; que trabalham as coordenações motoras, os sons, os sentimentos, as emoções, o trabalho em grupo, as relações familiares e comunitárias.

Fundamentando a fala anterior, BRASIL (1998), alerta que:

O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma Pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que de conta da diversidade das crianças e ofereça respostas, adequadas as suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário. (BRASIL, 1998, p.36).

O Brincar é uma das estratégias infalíveis no processo de ensino e aprendizagem de crianças autistas. A brincadeira instruída é crucial no desenvolvimento da criança, uma vez que ela estabelece relações sociais e interage através dos vínculos que são criados no decorrer do ato. VYGOTSKY e LURIA (1996, p. 220) afirmam que:

O homem é uma criatura social, e as condições socioculturais o modificam profundamente, desenvolvendo toda uma série de novas formas e técnicas em seu comportamento [...].

Assim, corroborando com os autores acima, LEE (1977) Entende que a brincadeira é uma ação de desenvolvimento do autista, quando diz que:

O brincar é a principal atividade da criança na vida, através do brincar ela aprende as habilidades para sobreviver e descobre algum padrão do mundo confuso em que nasceu. (LEE, C. 1977, p.340)

Nesse sentido, o brincar faz parte do Currículo da Educação. CHAVES; ABREU (2014), diz sobre Currículo para autistas, quando discorre que:

Pensar numa proposta curricular vai além dos conteúdos. Ou são os conteúdos mais importantes que o processo educativo? Ao educador faz-se necessário observar a real necessidade do aprendente autista e como esse currículo vai ajudá-lo no seu desenvolvimento cognitivo (CHAVES; ABREU, 2014, p. 6).

Dessa forma, quando a criança chega à escola os professores precisam ter em mente que além de conteúdos programáticos escolares a serem aprendidos pela criança é imprescindível que ele se torne independente/liberto, capaz de desenvolver atividades do dia-a-dia de forma autônoma. Um exemplo de currículo importante para o estímulo da autonomia da criança é o Currículo Funcional Natural, que tem por objetivo central segundo, LEBLANC citado por SUPLINO (2005, p. 33), “tornar o aluno mais independente, produtivo e também mais aceito socialmente”

Para tanto, ensinar e aprender como instrumento de socialização e inclusão de crianças autistas é uma árdua missão, visto que é preciso mudanças,

disponibilidade e amor pelo Educar. Educação Especial é entrega, compromisso e busca por novos horizontes de aprendizagens e ensinagens. É romper com os engessamentos, os padrões curriculares, os planejamentos retrógrafos/inflexíveis e preconceitos que excluem e segregam.

A escola precisa compreender e fomentar o desenvolvimento social e cognitivo de crianças autistas. Em linhas gerais, é preciso entender que Escola X Família garante o sucesso do autista; que o currículo e o planejamento educacional precisam gerar mudanças significativas na vida da criança; e que aprender com as interações e com as experiências do entorno resulta num sujeito autônomo, livre e produtor de saberes e conhecimentos.

#### **0.4- METODOLOGIA:**

Para realizarmos nossa Pesquisa e, conseqüentemente a escrita desse trabalho, após iniciarmos a escrita do Artigo, sugerido como Trabalho de Conclusão de Curso, seguimos a Abordagem Qualitativa, utilizou-se de alguns procedimentos técnicos cabíveis para compreensão e análise do objeto de pesquisa. Adentrou-se nas fundamentações teóricas, pois para sistematizar os saberes acerca da Pedagogia que envolve o Autismo e o processo de ensinar e aprender para inclusão de crianças com essa ou outras especialidades é importante compreender quais os pensamentos foram constituídos e fomentados numa análise sistemática de outras pesquisas, e que de certa forma auxiliará na formulação de novos saberes; e Reflexão da Experiência, uma vez que perceber o universo da Educação Especial Inclusiva é preciso estar – viver, além de ler e compreender tal campo através de escritas acadêmicas. Não há investigação sem observação/marcas das experiências adquiridas ao longo das observações da realidade do entorno e análise bibliográfica.

#### **0.5- CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Ao analisar a Educação Inclusiva sob uma perspectiva lúdica, sobretudo pensando o processo de ensinar e aprender para inclusão de alunos com TEA, remetemo-nos a um novo olhar curricular, percebemos que é possível fazer uma escola nova.

Com o desenrolar da temática, bem como as discussões postas nesse trabalho, percebemos que nossos objetivos foram alcançados, pois tivemos um novo olhar a partir de outras escritas, outras fontes de conhecimento e interpretação da temática. Apesar de a escola apresentar uma estrutura tradicional, observamos que novos passos foram dados em prol de uma nova escola, novos fazeres pedagógico-sociais, novo currículo, uma nova forma de fazer educação.

É preciso investir em uma educação de qualidade a partir professores preparados, novas metodologias, novas didáticas, atuais vivências e experiências pedagógicas. É preciso olhar com zelo e dedicação para o chão da escola, a sala de aula que acontece todo processo formativo.

Sendo assim, precisamos falar de Educar! O processo educativo dos sujeitos especiais precisa ser em passos lentos, porém progressivos, grupais, estratégicos e com foco. É necessário discorrer sobre as implicações que são geradas no caminho de trocas entre o ensinar e o aprender. É preciso discutir sobre um novo e inclusivo currículo, pois educamos para a diversidade, multiplicidade de saberes e aprendizagens. .

O processo mágico para que aconteça uma educação que seja inclusiva e significativa é de grande valia o processo de desconstrução profissional. A educação exige profissionais didáticos, inovadores, protagonistas, influenciadores, fomentadores do saber. Ensinar a inclusão é remexer o universo da socialização, da oralidade, da interdisciplinaridade, da pronúncia, dos movimentos e trabalho corporal.

#### **0.6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALVES, M. D.; NAUJORKS, M.I. **As representações sociais dos professores acerca da inclusão de alunos com Distúrbios Globais do Desenvolvimento.** Rio Grande do Sul, UFSM. 2005. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em: 20 de novembro de 2017.



ARAÚJO, Liubiana Arantes de. **Transtorno de Espectro Autista – Manual de Orientação/Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento**. Nº 05, Rio de Janeiro: Abril/2019.

BRASIL. **A importância do brincar na educação infantil**. <https://www.alvorada.rs.gov.br/a-importancia-do-brincar-na-educacao-infantil/>

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: atuais interpretações para antigas observações**. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). **Autismo e educação: atuais desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.

Camargo, S. P. H., & Bosa, C. A. (2009). **Competência social, inclusão escolar e autismo: Revisão crítica da literatura**. *Psicologia e Sociedade*, 21(1), 65-74.

CHAVES, Maria José; ABREU. Márcia Kelma de Alencar. **Currículo inclusivo: proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista**. 2014. Disponível em: . Acesso em: 29 nov. 2014.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica – 2 ed**. RJ: ed. Wak, 2015.

JIMENEZ, R.B. **Educacion Especial y Reforma Educativa: necesidades educativas especilales**. Málaga: Aljibe.1993.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96.

1996. In.: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>

KANNER, Leo. (1943). **Autistic Disturbances of Affective Contact**. *Nervous Child*, n. 2, p. 217-250.

LAGO, Mara. **Autismo na escola: ação e reflexão do professor**. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LEE, C. **The Grouth and Development of Children**. Londres: Longman, 1977.]

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. <> [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br) > producoes\_pde >

SANTOS, M. C. D; MANTOAN, M. T. E; FIGUEIREDO, V. F. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. São Paulo: MEC/SEESP, 2009.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A formação docente na perspectiva da inclusão**. In: IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 2007.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.